

Brasil vive dilema para fazer ajuste

O Brasil está confuso como Alice no País das Maravilhas. Ao perguntar ao gato, seu principal conselheiro, que caminho deveria tomar, Alice ouviu como resposta outra pergunta: "Para onde você quer ir?", indagou o gato. "Não sei", respondeu Alice. O gato então fulminou: "Tome qualquer caminho." A metáfora é usada pelo chefe do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Aécio

Cunha, para ilustrar o dilema que a sociedade brasileira vive nesse momento. Ele acha que dificilmente os Estados Unidos dariam ao Brasil um bilhete de entrada no Plano Brady antes de um rigoroso ajuste econômico, mas não vê o presidente Fernando Collor com apoio político necessário para a execução desse ajuste e lembra que tampouco está desenhado que tipo de ajuste a sociedade assinaria embaixo.

A dificuldade de obtenção de consenso político em torno de reformas estruturais pode ser uma barreira no caminho do Brasil no Plano Brady. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira — que prefere chamar o programa de Iniciativa Brady, lembrando que aí há um cardápio de opções entre redução do principal, ou da dívida, ou tomada de dinheiro novo,

por exemplo —, já acenou com o "aprofundamento" de ajustes econômicos iniciados no ano passado, mas ainda não disse claramente como seria essa nova etapa. O professor Aécio lembra que esse é um aspecto preocupante. Se o governo quiser eliminar o déficit nas contas públicas, por exemplo, teria de escolher onde cortar. "Vai-se investir menos em hidrelétricas? Ou cortar o leite das crianças? Ou fechar hospitais públicos e universidades?", indaga o professor.

A falta de definição política sobre como ajustar a economia interna é uma preocupação levantada também pelo economista do Departamento do México no Banco Mundial, Sweder van Wijnbergen. Numa análise divulgada em novembro do ano passado, sobre a

entrada mexicana no Plano Brady, ele lembra que a experiência de um país não serve para outro, porque cada um tem condições políticas internas específicas. Ele lembra que o México, a Costa Rica e a Venezuela, que já passaram pelo Plano Brady, têm em comum o fato de que suas dívidas externas são, em sua maior parte devidas a bancos privados internacionais, mas têm perfis políticos diferenciados. "Em muitos países a situação política é frágil para conduzir as reformas econômicas que são condição indispensável para se habilitarem ao Plano Brady", afirma. Esse plano nada significará para os países onde não haja consenso sobre "um programa sensível de reformas econômicas", adverte Wijnbergen.